

PEÇANHA: NOVO FÓRUM E CIDADANIA HONORÁRIA
6 DE SETEMBRO DE 2019

PRONUNCIAMENTO

Nada como terminar esta semana altamente atribulada em uma cidade que é um dos marcos da ocupação da região Nordeste de Minas, a partir da atuação do guarda-mor João Peçanha Falcão e do vigário Francisco Martins, que para cá vieram com a missão de “pesquisar minas, catequizar indígenas, conquistar e colonizar as vastas terras” e deram origem a esta querida Peçanha. Cidade que hoje nos recebe com tanto carinho, graças principalmente à desembargadora Maria Luíza de Marilac, filha desta terra. De início, cabe-me, portanto, agradecer-lhe por tamanha gentileza, querida amiga.

Digo que a semana foi atribulada porque temos, há algum tempo, percebido movimentos articulados, em várias frentes, para enfraquecer o Poder Judiciário e esses movimentos, ao que parece, se intensificaram nos últimos dias.

Aliás, já na semana passada eu fazia um alerta aos jovens novos magistrados que acabam de ingressar em nossos quadros, de que eles precisam se engajar na luta pela manutenção de nossa autonomia e repito aqui o apelo: precisamos estar juntos, pois só assim conseguiremos nos opor aos ataques, que, repito, têm vindo de várias frentes.

Em uma hora, buscam nos asfixiar economicamente, nos questionando sobre eventuais excessos de gastos. Falso, tudo falso.

O Tribunal de Justiça de Minas é o que apresenta o menor custo por habitante entre os cinco maiores do país, segundo dados insuspeitos que acabam de ser divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça.

O custo anual de nosso tribunal por habitante é de 176 reais e 70 centavos, enquanto nos demais ele supera em muito os R\$ 200 reais. É um dado revelador de como temos conseguido fazer uma gestão altamente profissional

e responsável, contribuindo de maneira consistente para a recuperação da combatida economia mineira.

Não vou me deter muito na questão econômica, mas cabe lembrar ainda que é o nosso Tribunal de Justiça o único órgão público que está fazendo investimentos no estado, movimentando a economia e gerando empregos em diversos municípios. Para ser bem preciso, exatamente hoje há 1.343 pessoas empregadas em obras em andamento por conta do tribunal, seja na edificação de novos fóruns, seja na recuperação e modernização de outros. Obras que logo, logo estarão também aqui em Peçanha, conforme já foi aqui apresentado pelo desembargador Amaury Pinto Ferreira e pelo juiz auxiliar da Presidência Jair Francisco dos Santos.

A outra frente em que sentimos ataques nos últimos dias foi na tentativa de enfraquecer o tribunal, investindo contra a honra de seus dirigentes, particularmente de seu presidente.

Vocês são testemunhas de que não faço uma gestão personalista, e busco sempre o compartilhamento com os colegas e a adoção de decisões sempre participativas. Mas não tenho fugido ao meu dever, como presidente, de defender publicamente nosso Tribunal em todos os espaços possíveis. E várias vezes tive que fazê-lo de maneira dura, firme, para não deixar que nossa autonomia seja conspurcada por pretensas decisões de tecnocratas. E sei que isso gera desconforto em muita gente, inclusive dentro dos nossos domínios.

Não podendo nos atacar pelo que fazemos à frente do tribunal, procuram nos atacar no que temos de mais precioso, que é nossa honra. Sei que esse é um preço que tenho que pagar e o que me conforta é saber que conto com a solidariedade da grande, da esmagadora maioria de nossos magistrados e servidores.

Vocês sabem que estou me referindo, é claro, às insidiosas notícias veiculadas nesses dias atacando minha honra, em uma ação articulada de agentes públicos mal-intencionados com uma parcela da mídia que, sabe-se lá por que

razão, prefere agir como nos filmes do velho oeste americano, em que era preciso “atirar primeiro e depois perguntar”. Fomos vítima de algumas ignomínias e muito em breve teremos notícias reveladoras e esclarecedoras sobre esse assunto.

Toco nesse assunto não por necessidade de um desabafo pessoal, mas para reforçar a tese de que precisamos nos manter unidos e atentos, para resistir, em nome da autonomia do Poder Judiciário e da harmonia e cooperação entre os poderes.

Minas precisa muito disso, nesta hora difícil, e temos feito um trabalho árduo, junto com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus, que infelizmente não pôde comparecer a esta solenidade, como estava previsto. Aliás, o deputado Agostinho vai se consolidando cada dia mais como grande liderança mineira, conduzindo com maestria os destinos do Poder Legislativo, para garantir que o estado possa sair o mais rapidamente possível dessa crise angustiante. Além disso, ele tem sido um ferrenho defensor da autonomia entre os poderes e um parceiro indispensável do Poder Judiciário.

Creio que vale aqui nos lembrarmos também do que disse o saudoso Tancredo Neves, em um momento de grandes dificuldades políticas neste país. Dizia ele: “não vamos nos dispersar”.

Por tudo isso, voltando ao início de minha fala, é uma enorme satisfação estar aqui entre amigos para receber o honroso diploma de cidadão honorário de Peçanha, ao lado do amigo juiz Geraldo Antônio e da delegada Fernanda Dourado.

Resta-me, portanto, agradecer a mais essa gentileza, caro vereador Vanilton Soares Ferreira, presidente da Câmara Municipal, e caro prefeito Eustáquio de Carvalho Braga, que tem feito um trabalho dinâmico e soube que acaba de conquistar para o município a implantação da Delegacia Regional de Polícia. Parabéns.

Finalmente, meus agradecimentos efusivos e cumprimentos ao Diretor do Foro de Santa Maria do Suaçuí, Rafael Arrieiro Continentino, representando o titular da comarca, Herrmann Schwartz, ao desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, ao Juiz Roberto Troster e ao Tenente Gustavo Luís, que foram agraciados com a medalha que leva o nome do fundador do município.

E, para encerrar, meu fraterno abraço à querida Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo, que não mediu esforços para garantir a construção do novo fórum e para nos proporcionar todos esses momentos de alegria e confraternização.

Muito obrigado.